

Jornalismo e Ciências da Comunicação

Formação do Mundo Contemporâneo

Macau e o Fim do Império Português

os factos vistos pelo



Joana Isadora Pinto de Castro

Porto, 30 de Janeiro de 2001



I – Introdução

Neste pequeno trabalho será feita a descrição e a análise dos artigos publicados pelo jornal *Correio da Manhã* sobre a transferência da administração de Macau de mãos portuguesas para o governo chinês. Assim, esta análise de conteúdos cingir-se-á ao período da semana que decorreu entre os dias 15 e 22 de Dezembro do ano de 1999, uma vez que a referida transferência ocorreu a 20 de Dezembro desse mesmo ano.

O objectivo deste simples estudo é, através da análise quantitativa e qualitativa de conteúdos, inferir acerca da importância dada pelo *Correio da Manhã* à transferência administrativa de Macau, bem como da existência – ou não – de parcialidade na forma como o diário em questão tratou a informação relativa a este assunto.

Para que esta análise fosse correctamente elaborada – e, de resto, os objectivos do trabalho fossem alcançados com o máximo de rigor possível -, foi necessário que ela estivesse apoiada em alguns fundamentos teóricos relacionados com a história de Macau e as relações entre Portugal e a China ao longo dos tempos. São esses fundamentos que são apresentados e descritos no texto que se segue.

Fundamentos Teóricos da Pesquisa

“Há mais de quatro séculos que os Portugueses se encontram estabelecidos em Macau, sendo esta cidade, que rapidamente se criou, o ponto de encontro, durante muito tempo, de duas civilizações: a ocidental e a oriental.”

in “Revista de Cultura”, 24 (II série)



O início das relações Portugal-China

Durante os “descobrimientos manuelinos”, que deixaram o seu marco na História nos séculos XV e XVI, o povo de “brandos costumes” deste “jardim à beira-mar plantado” aventurou-se a desvendar as rotas dos oceanos a fim de beneficiar de variadas vantagens comerciais sobre os outros povos. Foi assim que, depois de instalados na Índia, os portugueses conquistaram a cidade de Malaca, habitada por uma importante comunidade chinesa que se dedicava ao comércio.

Estava então lançada a primeira ponte entre o povo lusitano e o “Império de Catai”. No entanto, apesar das múltiplas tentativas frustradas de Portugal para legalizar as transacções comerciais directas entre os dois povos, o imperador da China (cujo povo era de tal modo cioso da sua civilização e cultura que as consideravam superiores às de todos os outros, rejeitando contactar com o exterior) chegou mesmo a proibir a entrada de estrangeiros no seu território.

Escusado será dizer que a persistência dos comerciantes de origem portuguesa resultou numa série de contactos comerciais clandestinos, através dos quais ambas as partes lucravam consideravelmente. Estes contactos atingiram o apogeu quando, em 1542, os portugueses se tornaram intermediários no comércio China-Japão, países que não comerciavam entre si visto serem inimigos. Estes negócios eram de tal forma rentáveis para a China que a presença portuguesa se foi tornando progressivamente aceite no seu território.

A fundação de Macau

A pouco e pouco, os mercadores lusitanos foram concentrando-se na península onde se situava a pequena aldeia piscatória de Haojing (em português, “Espelho do Fosso”), mais tarde denominada pelo povo de Portugal como “Povoação do Nome de Deus de A-Ma-Gau na China”, de onde derivou “Macau”. Desta feita, em 1557 (data que os historiadores aceitam para a fundação oficial de Macau), o imperador Kio-Tsing concordou com a presença portuguesa em Macau.

Não existem documentos escritos que expliquem tal consentimento. No entanto, existem várias histórias que ainda hoje apresentam possíveis razões para o contrato feito



entre chineses e portugueses em 1557. Assim, diz-se, por exemplo, que os portugueses ajudaram o povo chinês a derrotar os piratas que infestavam a foz do rio das Pérolas (junto a Macau) e que por isso receberam autorização para viver em Macau. Há também quem afirme que os tais piratas viviam em Macau e que os chineses teriam autorizado os lusitanos a instalarem-se nesse local na condição de os expulsarem. Há ainda uma outra história que conta que os navegantes de Portugal teriam sido apanhados por um tufão e naufragado nessa zona, tendo sido concedida a sua desembarcação em terras chinesas a fim de secarem a carga. Segundo esta versão, após este incidente, os portugueses foram ficando, até se instalarem definitivamente.

Prosperidade vs. Declínio de Macau

Após a sua fundação, Macau viveu mais de um século de significativa e crescente prosperidade, sobretudo económica. Para isso contribuiu largamente a intensificação do comércio com os chineses – e, em especial, o comércio sino-nipónico -, promovida pelo facto de ao povo do “Império do Meio” ser interdita a saída do seu país e a recepção de estrangeiros no seu território.

Curioso é verificar que, mesmo aquando da união de Portugal à Espanha em 1581, o governo chinês continuou a reconhecer o povo de origem lusa como o único intermediário entre o seu país e o resto do mundo, insistindo mesmo em não hastear a bandeira castelhana. Nessa altura, Filipe II de Espanha passou a dominar um império de terras, rotas e riquezas que se tornaram, ao longo de vários séculos, alvo de cobiça – e dos consequentes ataques - de muitos países europeus, entre os quais se destacam a Holanda e a Inglaterra.

Entretanto, em 1586, Macau foi elevada a cidade. Por volta da mesma altura, começou a ser administrada pelo Leal Senado e, em 1623, os moradores de Macau conseguem a criação do cargo de governador. No entanto, as despóticas arbitrariedades dos dois primeiros governadores – D. Francisco Mascarenhas e D. Filipe Lobo – deixam desgostosos os habitantes de Macau, que peticionam a abolição do cargo. Perante a recusa de atendimento a esta petição, começou a surgir na população macaense – na altura constituída maioritariamente por mareantes, traficantes e refugiados chineses das guerras civis na China; uma população que não era, certamente, das mais disciplinadas



– uma cada vez maior agitação, a qual é a principal causa do período de grande declínio que se seguiu. Para piorar ainda mais esta situação de instabilidade, em 1654 as relações entre Portugal e o Japão foram interrompidas, o que se traduziu numa situação de enorme prejuízo para o comércio macaense, o qual chegou mesmo a paralisar, na sequência de uma terrível peste que causou mais de sete mil vítimas.

Como medida económica combativa ao declínio macaense, em 1685, foi proclamado um édito imperial em que a China se declarou aberta ao comércio com qualquer nação estrangeira, o que resultou na perda, por parte de Portugal, do grande privilégio do monopólio do comércio com a China.

Durante o século XVIII, Macau tornou-se num centro cosmopolita, convertendo-se numa plataforma onde se concentravam todas as actividades e comunicações com a China. Não obstante, o ambiente no território macaense continuou a ser de crescente recrudescimento da opressão chinesa. Havia, portanto, uma grande agitação, a qual conduziu a perturbações de várias ordens que se estenderam até ao século seguinte – sobretudo devido à instabilidade política da China, que atingiu o auge durante a Guerra do Ópio (1839-1844) com os Ingleses.

Segundo um livro distribuído em Pequim pela Comissão Organizadora das Celebrações do “Regresso de Macau à Pátria”, “aproveitando-se” da Guerra do Ópio – um dos mais “humilhantes” episódios da história da China, que culminou com a “perpétua cedência” de Hong Kong à Grã-Bretanha -, “os Portugueses procuraram alterar o estatuto de Macau e transformar o território numa colónia”. O que é facto é que, em 1844, Macau passou a ficar sob jurisdição das colónias portuguesas da Índia.

A soberania portuguesa sobre o território de Macau

A 22 de Agosto de 1849, João Ferreira do Amaral, grande governador de Macau, foi assassinado no istmo que liga a península macaense ao continente asiático e onde se situa a Porta do Cerco (muralha construída pelo povo chinês com o intuito de impedir a expansão portuguesa pelo seu território). Imediatamente após este acontecimento, tropas irregulares chinesas tentaram invadir Macau, sem no entanto o conseguirem. Desde então, o governo chinês deixou de exercer plena soberania sobre os assuntos administrativos, judiciais, militares, financeiros e aduaneiros macaenses.



Depois deste acontecimento, as tropas portuguesas juntaram à península de Macau duas pequenas ilhas, nomeadamente Taipa, em 1851, e Coloane, treze anos depois.

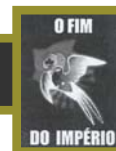
Entretanto, em 1862, foi assinado o Tratado de Tsien-Tsin, através do qual a soberania portuguesa sobre o território de Macau foi formalmente reconhecida pelo povo chinês. No entanto, dois anos mais tarde, aquando da ratificação do tratado, a China alegou que Macau não podia deixar de ser considerado território chinês. Esta questão só foi resolvida em 1887, data em que se firmou o Tratado de Amizade e Comércio, no qual “A China confirma (...) a perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal”, reconhecendo Macau como colónia portuguesa. Neste tratado não foi, no entanto, resolvido o problema da delimitação do território, assunto que o governo chinês adiou até ao último momento da soberania portuguesa sobre o território de Macau.

O século XX macaense

A par do assoreamento da baía de Macau, o desvio do comércio internacional para os novos portos abertos ao estrangeiro, em especial o grande pólo de Hong Kong - em permanente ascensão desde que, em 1842, passou a ser dominado pelos Britânicos - impôs a Macau um declínio em prosperidade que se estendeu até ao século XX.

Assim, aquela que, em 1951, se tornou uma província ultramarina de Portugal, adoptou uma série de medidas que tornaram possível o acentuado progresso económico verificado sobretudo a partir da década de sessenta. Foi desta forma que Macau se transformou num importante centro de jogo, o que lhe permitiu uma importante distinção enquanto estância turística.

Após o 25 de Abril de 1974, e no contexto da descolonização defendida tão veementemente pelos “Capitães de Abril”, a província ultramarina macaense passou a ser um “território especial”, sendo-lhe concedida uma considerável autonomia financeira e administrativa, sob a égide de um governador nomeado pelo presidente da república português e da Assembleia Legislativa (quase toda eleita por sufrágio directo).



A transferência de Macau para a China

Depois da famosa “Revolução dos Cravos”, Portugal abriu as portas ao restabelecimento de relações diplomáticas com a China, com vista à resolução do sistema político de Macau, anunciando não ter quaisquer intenções de manter a soberania sobre o território macaense contra a vontade das autoridades de Pequim, que desejavam recuperar as fronteiras anteriores ao século XIX. Iniciou-se então, em 1986, o processo de negociações sobre a questão da devolução da soberania de Macau, o qual culminou a 13 de Abril do ano seguinte com a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa sobre a Questão de Macau.

Esta declaração constitui um documento histórico de força de direito internacional (estando depositado nas Nações Unidas) que permitiu definir o enquadramento geral das questões fulcrais para o futuro de Macau e das suas gentes.

Nos termos desse acordo, o território de Macau passaria para a soberania da República Popular da China a 20 de Dezembro de 1999, instituindo-se como Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

No mesmo ano em que o acordo foi assinado, Portugal intensificou os investimentos em Macau, entre os quais se destacam a nova ponte Macau-Taipa e o Aeroporto Internacional de Macau. Para além disso, ao governador de Macau nomeado em 1991, Rocha Vieira, foi incumbida a complexa tarefa de garantir o cumprimento de todos os pontos do acordo celebrado entre Portugueses e Chineses.

O acordo estabelece que, durante cinquenta anos, Macau manterá o sistema económico capitalista e social em vigor na altura da transferência, usufruindo de um regime administrativo especial semelhante ao que vigora em Hong Kong, isto é, No entanto, em contraste com o que aconteceu, em 1997, no processo de restituição daquela antiga colónia britânica, embora a maioria dos naturais de Macau estivesse decidida a ficar depois do termo da administração portuguesa, a China aceitou que o passaporte português fosse utilizado como título de viagem depois de 1999 e aqueles que tivessem direito à nacionalidade portuguesa pudessem fazer valer este direito depois da transferência.

II – Desenvolvimento

Durante a semana que decorreu entre os dias 15 e 22 de Dezembro de 1999, o *Correio da Manhã* publicou vinte e oito notícias sobre o processo de transferência do exercício da soberania sobre Macau de Portugal para a República Popular da China, distribuídos pelos dias da semana da seguinte forma (gráfico 1):

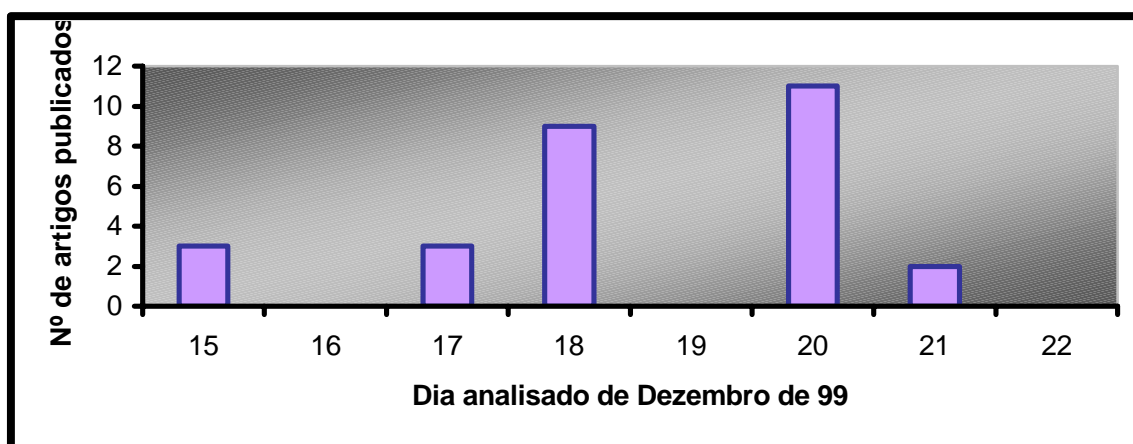


Gráfico 1 – Distribuição quantitativa dos artigos pela semana de 15 a 22 de Dezembro de 99.

Estes artigos surgem sempre no contexto das notícias nacionais, nomeadamente daquelas que se referem a assuntos parlamentares ou governamentais (com excepção dos dois artigos não informativos, que se inserem na segunda página do jornal). Dentro desta secção, estas notícias ocupam, em média, cerca de duas páginas por publicação, para além de terem lugar na primeira página de três números.

Quanto ao tipo de artigos publicados, estes são, na esmagadora maioria, artigos de informação, sendo que apenas um é de opinião e outro constitui uma crónica. Os artigos de informação adquirem todos a forma de notícia simples, não tendo sido publicadas reportagens ou mesmo entrevistas.

Por outro lado, é curioso verificar que dos vinte e oito artigos publicados, dezasseis são notícias bastante pequenas e concisas, ocupando mesmo um espaço intitulado *Breves de Macau*.

Efectivamente, estes dois aspectos culminam com o facto de apenas o artigo de opinião e a pequena crónica serem assinados. Sublinhe-se o facto de, para além de o *Correio da Manhã* não dispor de um enviado especial na China, todas as fontes citadas constituírem agências noticiosas, (entre as quais se destacam a agência *LUSA* e a *ATLÂNTICOPRESS*) ou jornais, como o *Jornal da Madeira* ou o *New York Times*.

De somar ainda ao rol de pontos que evidenciam o carácter predominantemente informativo das notícias que o *Correio da Manhã* publicou sobre o assunto, encontra-se o facto de estas conterem grandes quantidades de citações. Note-se que, na maior parte dos casos, as citações chegam mesmo a constituir mais de metade do texto dos artigos, sendo quase sempre o resto das notícias composto por meras descrições.

Quanto aos temas incluídos na agenda do jornal em análise sobre este caso, estes encontram-se especificados no quadro 1, que seguidamente se apresenta.

Data	Título da notícia	Assunto da notícia
15.12.99	<i>Futuro de Macau divide o parlamento</i>	Opinião dos deputados Portugueses sobre o futuro de Macau
	<i>China 'encurta' domínio português</i>	Forma como o governo chinês está a descrever a história de Macau
	<i>Legado português</i>	Declarações de Jorge Rangel sobre o legado que Portugal deixa a Macau
17.12.99	Últimos três dias de Macau a verde e rubro	1ª página. Grande destaque, mas não é manchete
	<i>China quer 'exportar' as regiões especiais</i>	Opinião ministério dos negócios estrangeiros chinês sobre a fórmula de Xiaoping 'um país, dois sistemas'
	<i>Sampaio ruma a Macau</i>	Pormenores da viagem de Sampaio e citações do mesmo sobre Macau
	<i>Dia cinzento marca despedida portuguesa</i>	Previsões meteorológicas para os dias 19 e 20 em Macau
18.12.99	Macau vive último dia de trabalho em português	1ª página. Com de foto de macaenses vestidos de preto em dia chuvoso
	<i>Sampaio emocionado no jantar de despedida</i>	Citações de Sampaio no jantar em Macau. Efeitos da mudança de administração nos funcionários
	<i>Presos transferidos para Portugal</i>	Acordo luso-chinês de transferência de presos para Portugal efectuado
	<i>Fronteira aberta 24 horas</i>	Fronteira aberta entre Zhuhai e Macau, para facilitar a circulação de pessoas envolvidas no processo de transferência.
	<i>Televisão transmite entrada das tropas</i>	Tropas chinesas em Macau em directo na televisão chinesa

	<i>Presidente chinês chega domingo</i>	Chegada de Jiang Zemin a Macau.
	<i>Durão Barroso ausente</i>	Presenças e ausências dos deputados Portugueses na cerimónia
	<i>Xanana com Guterres</i>	Encontro combinado entre Xanana e Guterres para Macau
	<i>Jardim contra colonialismo</i>	Opinião de João Jardim sobre o processo e o colonialismo português
	<i>Melancia optimista</i>	Opinião do ex-governador de Macau sobre o futuro de Macau
20.12.99	Macau já é saudade. Consumou-se dignamente o ciclo do Império Português. Lágrimas de Rocha Vieira ao recolher a bandeira nacional.	1ª página. Manchete com foto de Vieira a abraçar a bandeira nacional e oficial macaense triste
	<i>Bandeira junto ao coração</i>	Descrição da cerimónia da mudança administrativa de Macau
	<i>Grande festa e emoção</i>	Descrição da reacção popular
	<i>Manifestação dispersada</i>	Polícia de Macau a manifestação da seita chinesa Falun Goug
	<i>A última missa portuguesa</i>	
	<i>Centena e meia de países</i>	Os países que participaram na cerimónia e os que se destacaram
	<i>Fim ao colonialismo europeu</i>	Declarações do ministro dos negócios estrangeiros australiano
	<i>Celebração fria em Pequim</i>	Encurtamento dos festejos de rua devido ao frio
	<i>500 soldados e 10 carros blindados</i>	Descrição da actuação na cerimónia do Exército Popular de Libertação
	<i>Portugal olhará pelo futuro do território</i>	Discurso do presidente português, Jorge Sampaio
	<i>Agora só falta Taiwan</i>	Discurso do presidente chinês, Jiang Zemin
	<i>Ho jura fidelidade a Macau e à China</i>	Declarações do actual chefe do executivo da RAEM, Edmund Ho
	21.12.99	<i>Bilhete postal</i>
<i>O governador Ferreira do Amaral voltou para Lisboa vindo de Macau</i>		Crónica histórica sobre Ferreira do Amaral e a vinda da sua estátua de Macau para Portugal

Quadro 1 – Apresentação dos temas das notícias sobre a mudança em Macau.

De resto, estes temas foram – como já foi anteriormente referido – tratados de uma forma quase exclusivamente descritiva, com o emprego de muitos verbos e adjectivos e pouquíssimos substantivos, bem como a inclusão de muitas citações. Há, contudo, uma ligeira tendência para ver os factos somente da perspectiva nacional. Esta tendência evidencia-se pelo facto de quase não se ter falado acerca dos pontos de vista Chineses ou mesmo macaenses e dir-se-ia que se lê nas entrelinhas dos artigos, sobretudo em *China ‘encurta’ domínio português*, onde se lê “Apesar das tentativas de reescrever a história, certo é que, pela primeira vez em meio milénio e após a partida dos Portugueses de Macau, nenhuma parte da Ásia estará sob domínio europeu”.



III – Conclusão

Após a análise quantitativa dos conteúdos jornalísticos publicados pelo *Correio da Manhã* sobre a transferência de Poderes de Macau de mãos portuguesas para a responsabilidade chinesa, conclui que o jornal considerou este assunto de grande interesse para os Portugueses. Efectivamente, o jornal em questão publicou muitas notícias sobre o caso, dando-lhes grande destaque.

Quanto à análise qualitativa dos artigos editados acerca da matéria que tive como objecto de estudo, permitiu-me concluir que a variedade temática desses artigos ofereceu aos leitores a oportunidade de seguirem o caso com uma série de pormenores, muito embora houvesse uma - pequena, diria eu - lacuna no que diz respeito a informação sobre as perspectivas chinesas sobre o assunto. Apesar disso, em comparação com as publicações do *Jornal de Notícias* da mesma época, por exemplo, o *Correio da Manhã* não ficou atrás no que diz respeito ao leque de temas abrangidos.

Desta forma, este pequeno estudo levou-me a concluir que:

O *Correio da Manhã* informou os Portugueses sobre a questão da transferência da administração macaense de Portugal para Macau, embora tenha sobressaltado a perspectiva nacional sobre o caso.

NOTA: a publicação do *Correio da Manhã* de dia 19 de Dezembro de 1999 não foi disponibilizada para a realização deste estudo, pelo que os seus resultados não serão totalmente precisos, sobretudo no que diz respeito à análise quantitativa levada a cabo.



IV – Bibliografia

- BONIFACE, Pascal – *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano Editora, Lisboa, Agosto 97, pp 49-56.
- CAZENEUVE, Jean – *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*, Edições 70, Lisboa, 1976, pp 14-26.
- China*, Enciclopédia Universal Multimédia, versão 1.00, Texto Editora, 1997.
- COSTADONI, Giancarlo – *Os Chineses*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1982, pp 74-88.
- Descolonização*, Enciclopédia Universal Multimédia, versão 1.00, Texto Editora, 1997.
- FOK, K. C. – *Primeiras imagens da dinastia Ming sobre os portugueses*, Revista de Cultura, 23 (II série), Abril/Junho de 1995, Instituto Cultural de Macau.
- GOMES, Luís Gonzaga – *Algumas Noções sobre a História de Macau*, Revista de Cultura, 24 (II série), Instituto Cultural de Macau.
- Jornal de Notícias* de 15.12.99 a 22.12.99
- Macau*, Enciclopédia Universal Multimédia, versão 1.00, Texto Editora, 1997.
- Macau*, Microsoft Encarta 97 Encyclopedia, World English Edition, Microsoft Corporation, 1993-1996.
- Macau*, Microsoft Encarta 97 World Atlas, World English Edition, Microsoft Corporation, 1995-1996.
- MAGALHÃES, Ana Maria / ALÇADA, Isabel – *Tufão nos Mares da China*, Editorial Caminho, Lisboa, 1997, pp 171-190.
- Página oficial de Macau na Internet.
- Tsien-Tsin, tratado de*, Enciclopédia Universal Multimédia, versão 1.00, Texto Editora, 1997.
- Ultramar*, Enciclopédia Universal Multimédia, versão 1.00, Texto Editora, 1997.



V - Índice

I – Introdução	1
II – Desenvolvimento	7
III – Conclusão	10
IV – Bibliografia	11